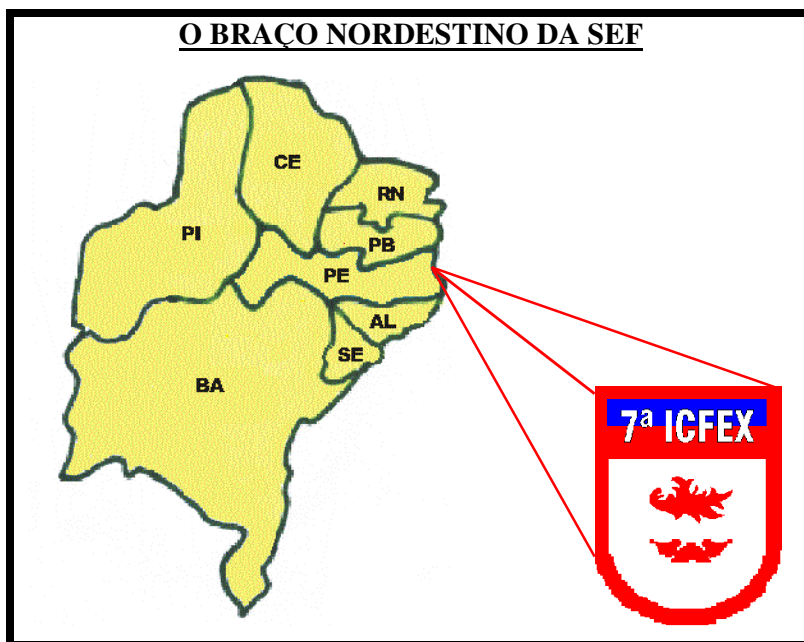




**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS
7ª INSPETORIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS DO EXÉRCITO
(Sv Fundos Reg 7ª RM/1934)**



**COLETÂNEA DOS ANEXOS AO BOLETIM INFORMATIVO Nº 05
(30 DE MAIO DE 2008)**

FALE COM A 7ª ICFEx

Correio Eletrônico: 7icfex@eb.mil.br
7icfex-chsecaptec@eb.mil.br
Página Internet: <http://www.7icfex.eb.mil.br>
Telefones: Fixo – (0 XX 81) 3423-7500
RITEX – 870-7180



7ª ICFeX	<i>Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 05, de 31 de maio de 2008</i>	<i>Pág 1</i>	
----------	--	--------------	--

ÍNDICE

ANEXOS	A S S U N T O S	PÁGINA
“A”	- Realização de Despesas da Operação Pipa	2
“B”	- Ata de Registro de Preços	5
“C”	- Adicional de Habilitação	10
“D”	- Promoção “post mortem”	21

7ª ICFEx	<i>Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 05, de 31 de maio de 2008</i>	Pág 2	
----------	--	-------	--

ANEXO “A”

REALIZAÇÃO DE DESPESAS DA OPERAÇÃO PIPA

Esta Inspetoria encaminhou a SEF, o Ofício abaixo transcrito:



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS
7ª INSPETORIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS DO EXÉRCITO**

Of nº 031 – A/2

Brasília, 24 de abril de 2008.

Do Sr Chefe da 7ª Inspetoria de Contabilidade e Finanças do Exército

Ao Subsecretário de Economia e Finanças

Assunto: Recursos da Operação Pipa

Ref: Portaria 004-SEF, de 06 Nov 02.

Anexos: - Cópia do Of nº 091-A/2 de 07 Ago 01; e
- Cópia do Of nº 089-A/2 de 02 Ago 01, ambos da SEF

1. Versa o presente expediente versa sobre os gastos realizados com recursos da Operação Pipa.

2. Solicito a V Exª a possibilidade da apreciação do assunto, nos termos que se seguem:

a. Conforme letra “b” do número “5” do ofício Nr 089-A/2, de 02 Ago 01, o empenho destinado aos pipeiros com recursos da operação pipa deve ser administrativo em favor da UG que realizará a despesa, indicando no campo relativo a licitação opção “8” – não se aplica, e discriminando o preço (m3 x Km) que deseja pagar e outras condições pertinentes à contratação.

b. Entretanto, a fim de possibilitar uma maior transparência dos atos e fatos administrativos, como também um maior controle, esta ICFEx entende que os Empenhos realizados com recursos da Operação Pipa, destinados aos pipeiros, devem ser emitidos pelo tipo “Estimativo e Nominal”, com opção “8” – não se aplica.

3. Tal necessidade decorre de observação levantadas por ocasião de análise no SIAFI e das visitas de auditorias realizadas nas diversas unidades gestoras, que possuem os recursos da Operação Pipa, onde ficam evidenciados vícios de procedimentos, e até mesmo de entendimentos, no que se refere às despesas efetivamente realizadas, não ficando muito claro para o Controle Interno todo o processo realizado pela UG.

7ª ICEFEx	<i>Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 05, de 31 de maio de 2008</i>	<i>Pág 3</i>	
-----------	--	--------------	--

4. Deve-se, ainda, observar que há obrigatoriedade de formalizar o acordo legal entre a UG e o pipeiro. Sendo assim, seria correto afirmar, salvo outro entendimento, que a Nota de Empenho (NE) teria que ter como favorecido o próprio pipeiro (NE nominal e estimativo) e não a unidade gestora (NE administrativo). Tal fato guarda semelhança com os procedimentos em relação às despesas médicas realizadas em favor dos profissionais de saúde autônomos (PSA).

5. Isto posto, esta Inspeção solicita a V. Ex^a a possibilidade da apreciação do assunto e mandar ratificar ou retificar o entendimento desta Setorial Contábil.

JOSÉ ARNÓBIO FERRÃO DE ALBUQUERQUE NETO - Cel
Chefe da 7ª ICEFEx

OSORIO 200 ANOS

“É fácil a missão de comandar homens livres: basta mostrar-lhes o caminho do dever”

7ª ICFEx	<i>Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 05, de 31 de maio de 2008</i>	Pág 4	
----------	--	-------	--

Em resposta, esta Inspeção recebeu da SEF, o Ofício abaixo transcrito:



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS
(Contadoria Geral / 1841)**

Brasília, 24 de abril de 2008.

Of nº 031 – A/2

Do Subsecretário de Economia e Finanças

Ao Sr Chefe da 7ª Inspeção de Contabilidade e Finanças do Exército

Assunto: realização de despesas da Operação Pipa

Ref: Of nº 016-S/3, de 14 Abr 08.

1. O presente expediente versa sobre a realização de despesas na execução de convênio referente à “Operação Pipa”, conforme o constante do ofício da referência.

2. Após estudar o assunto sob o aspecto técnico-normativo, informo a essa Chefia o que se segue:

a. a orientação contida no Of nº 089-A/2, de 02 Ago 01, objetivou atender a solicitação do Ordenador de Despesas do Comando Militar do Nordeste, no sentido de simplificar a execução do mencionado convênio, quando fosse o caso de contratação de grande quantidade de prestadores de serviços autônomos (pipeiros); e

b. a regra geral principalmente quando envolver número reduzido de contratações, consiste na emissão de acordo de vontade e respectiva Nota de Empenho (NE) para cada prestador de serviços, na forma indicada por essa Inspeção.

3. Do exposto, ratifico o entendimento dessa Chefia e solicito transmitir o presente entendimento às Unidades Gestoras (UG) vinculadas envolvidas.

Gen Div SEBASTIÃO PESANHA
Subsecretário de Economia e Finanças

OSORIO 200 ANOS

“É fácil a missão de comandar homens livres: basta mostrar-lhes o caminho do dever”

7ª ICFeX	<i>Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 05, de 31 de maio de 2008</i>	Pág 5	
----------	--	-------	--

ANEXO “B”

ATA DE REGISTRO DE PREÇO



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO MILITAR DO OESTE
9ª REGIÃO MILITAR
(Gov das Armas Prov de MT/1821)
REGIÃO MELLO E CÁCERES**

Campo Grande, 05 de março de 2008.

Ofício nº 013 /2008/OD

Do: Ordenador de Despesas do Comando da
9ª Região Militar.

Ao: Sr Chefe da 9ª ICFeX

Assunto: Consulta à Secretaria de Economia e Finanças
e Finanças acerca do Pregão nº 03/07/9ª RM

1. Versa o presente expediente sobre questionamento a ser formulado junto à Secretaria de Economia e Finanças, acerca de processo licitatório realizado por este Comando.

2. Incumbiu-me o Sr Comandante da 9ª Região Militar, o que faço por vosso intermédio, de encaminhar consulta à Secretaria de Economia e Finanças sobre o Pregão nº 03/07/9ª RM.

3. A dúvida que este consulente visa esclarecer junto à Secretaria de Economia e Finanças consiste, fundamentalmente, na seguinte pergunta “ Um processo licitatório lançado no Sistema Integrado de administração e Serviços Gerais (SIASG) sob o regime de Sistema de Registro de Preços (SRP) deverá, obrigatoriamente, ter a sua ata de registro de preços cancelada, na hipótese do respectivo instrumento convocatório (edital) não fazer referência ao SRP nem a sua legislação pertinente?

Tal consulta vincula-se às seguintes razões fáticas e jurídicas:

a. DOS FATOS

Em 02 Mar 07, iniciaram-se os procedimentos atinentes à realização do processo licitatório Pregão nº 03/07/9ªRM, tendo por objeto a “contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de telefonia local e interurbana”.

Tal fase inicial foi revestida da requerida legitimidade preconizada pelo inciso VI, do art. 29, das IG 12-02, conforme parecer jurídico devidamente acostado às fls 022, 023 e 024 dos autos processuais.

O transcurso do referido procedimento pautou pela estrita legalidade dos atos administrativos integrantes, culminando com a obtenção de tarifas incontestavelmente vantajosas em todas modalidades de telefonia licitadas.

7ª ICFEx	<i>Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 05, de 31 de maio de 2008</i>	Pág 6	
----------	--	-------	--

O processo em epígrafe foi ultimado no mês de maio de 2007, tendo sido devidamente homologado pela autoridade competente e registrado no SIASG sob a égide do SRP.

A substancial economicidade decorrente do certame em apreço ensejou imediato interesse por parte das organizações militares situadas na área de atuação do Comando Militar do Oeste, particularmente, pelo fato de a empresa vencedora vir a ser a operadora telefônica local (Brasil TELECOM S.A).

Na certeza de estar contribuindo de forma efetiva, no âmbito da Força, para a redução das despesas inerentes à execução de contratos de serviços de natureza continuada, esta Região Militar manifestou posicionamento favorável àquelas unidades que solicitaram adesão à referida ata de registro de preços, ressaltando, tão somente, quanto à prévia necessidade de formalização de tal consulta, nos termos do art. 8º, do decreto nº 3.931/01.

Outrossim, por ocasião de visita de orientação realizada no período de 10 a 13 Set 07, a equipe de auditores da 9ª ICFEX ressaltou como “fato relevante”, em seu relatório conclusivo, a necessidade de proceder-se ao cancelamento da ata de registro de preços originalmente publicada e a conseqüente impossibilidade de adesão do numeroso contingente de organizações militares que pretendia se vincular a este instrumento.

A argumentação quanto à inviabilidade de seu prosseguimento residiu na alegação de que o instrumento convocatório do certame em apreço (edital) não contemplava referência à legislação aplicável ao Sistema de Registro de Preços, da mesma forma que não se referia ao Sistema de Preços Praticados (SISPP).

b. DA ANÁLISE

A partir de interpretação sistemática da legislação atinente a licitações e contratos, depreende-se que tal arcabouço jurídico homenageia a economicidade como princípio basilar de qualquer despesa de caráter público.

A condução de tal processo sob a sistemática de registro de preços acarretaria relevante redução de custos das organizações militares eventualmente participantes, em decorrência da singularidade das tarifas telefônicas negociadas, além de não afetar a contratada, na manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, tendo em vista que esta possui a faculdade quanto à aceitação de novas adesões.

O fato de o edital não fazer referência explícita ao SRP não se constitui empecilho para a continuidade do processo, sendo tal controvérsia objetivamente sanável, mediante apostilamento da suposta omissão aos autos processuais.

c. DA CONCLUSÃO

Diante do exposto, este consulente entende que o suposto óbice detectado no processo administrativo acima referenciado não se constitui condição necessária e suficiente para a anulação da referida ata, e, por via de conseqüência, o impedimento da participação do substancial efetivo de Organizações Militares que vislumbraram, no presente processo, a oportunidade de uma negociação vantajosa e célere para a Administração.

Tal constatação decorre da análise dos decretos nº 3.931/2001 e 4.342/02, que regulamentam de forma específica o Sistema de Registro de Preços.

PAULO ROBERTO CORREA BASTOS – Cel
OD Cmdo 9ª RM

7ª ICFEx	Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 05, de 31 de maio de 2008	Pág 7	
----------	---	-------	--



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS
9ª INSPETORIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS DO EXÉRCITO (1982)**

Campo Grande, 13 de março de 2008.

Ofício nº 063-S2

Do: Chefe da 9ª Inspeção de Contabilidade e Finanças do Exército

Ao: Sr Subsecretário de Economia e Finanças

Assunto: Ata de Registro de Preços

Ref: Port Nr 004-SEF, de 06 Nov 2002

Anexo: cópia do Of Nr 013/2008/OD, de 05 Mar 2008, do Comando da 9ª Região Militar.

1. Trata o presente expediente sobre consulta formulada pelo Comando da 9ª Região Militar – UG 160140, acerca de processo licitatório realizado por aquele Comando, o qual originou Ata de Registro de Preços.

2. Informo a V. Exa que a dúvida suscitada pela UG consiste, fundamentalmente, na seguinte indagação, conforme anexo: *“Um processo licitatório lançado no Sistema Integrado de Administração e Serviços Gerais – SIASG, sob o regime de Sistema de Registro de Preços (SRP) deverá, obrigatoriamente, ter a sua ata de registro de preços cancelada, na hipótese do respectivo instrumento convocatório (edital) não fazer referência ao SRP nem à sua legislação pertinente?”*

3. A Unidade Gestora até o presente momento não cumpriu orientação emanada desta Inspeção, constante do Relatório de Auditoria de visita realizada no período de 10 a 13 Set 2007, onde ficou consignado, no **item 2.2.2.5 - Recomendações**, *verbis*: “A licitação para aquisição de bens e serviços pelo Sistema de Registro de Preços – SRP é específica. Rege-se pelo Decreto 3.931, de 19 Set 2001. A licitação realizada pela UG, que originou a Ata de Registro de Preços não fez menção e nem tampouco se baseou na legislação aplicável ao SRP. Realizou-se pregão para contratação de serviço de telefonia, porém somente para a UG. A Ata de Registro de Preços foi gerada indevidamente. Recomenda-se que a UG providencie a anulação / cancelamento da Ata de Registro de Preços baseada no pregão 03/2007 (telefonia), informando às UG's que porventura tenham aderido à citada ata que as mesmas deverão proceder a licitação própria ou aderir a uma outra ata válida.”

4. Após breve histórico da controvérsia, a consulente procede, também, sumária análise da questão, onde evidencia seus argumentos e finaliza com o entendimento contrário ao cancelamento da ata. Adiante, as razões da UG, seguidas da argumentação desta ICFEx para cada caso:

a. Argumento da UG: A interpretação sistemática da legislação atinente a licitações homenagearia o princípio da economicidade como princípio basilar de qualquer despesa pública.

Esta ICFEx entende, s.m.j., que na aplicação dos princípios norteadores da Administração Pública (CF 1988, Arto 37, caput), entre os quais não se encontra expressamente o da economicidade, surge, como verdadeiro princípio a ser primeiramente ponderado o da legalidade. Assim não há que se falar em economicidade ao arripio das normas. Se há normativo específico, no caso o Decreto 3.931, de 19 Set 2001, a tratar das contratações utilizando-se o SRP, não pode a administração desconsiderar tal regramento e, após concluída a licitação, sem que tenha havido previsão para tal, formalizar Ata de Registro de Preços sem suporte nas regras e procedimentos estatuídos pelo já citado Decreto.

7ª ICFEx	<i>Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 05, de 31 de maio de 2008</i>	Pág 8	
----------	--	-------	--

A interpretação dos princípios, em especial os de estatura constitucional, quando aparentemente colidentes, deve ser levada a efeito de modo que se consiga maximizar o valor de cada um na incidência sobre o caso concreto. Assim é que se deve prestigiar, claro, o princípio da economicidade, mas sem descuidar da legalidade; deve-se buscar na atividade administrativa ser eficiente, mas cumprindo fielmente as regras incidentes sobre a ação da administração.

Nesse sentido o posicionamento da ilustre Profª Di Pietro (Direito Administrativo, 13ª Ed, 2001, pág 84), *verbis*:

“... o princípio da legalidade deve ficar resguardado, porque a eficácia que a Constituição propõe é sempre suscetível de ser alcançada conforme o ordenamento jurídico, e em nenhum caso ludibriando este último (...), porém nunca poderá se justificar a atuação administrativa contrária ao direito, por mais que possa ser elogiado em termos de pura eficiência.”

b. Argumento da UG: A condução do processo sob a sistemática do SRP acarretaria relevante redução de custos das OM participantes, em razão da singularidade das tarifas negociadas.

Esta Inspetoria entende, s.m.j., que se as tarifas, negociadas para a UG somente, alcançaram preços singulares, muito mais economia poderia ser conseguida com a realização, desde o início, de processo com previsão de registro de preços em ata, onde a economia de escala com a previsão de adesão de um número maior de Organizações Militares levaria à conseqüente redução dos valores dos serviços ofertados. Em princípio, os preços registrados na ata, objeto da consulta, e estendidos às UG que porventura tenham a ela aderido, foram negociados para fornecimento ao Comando da 9ª Região Militar apenas. Nada impede que as UG que estão utilizando a ata, e que deverão realizar licitação para o serviço de telefonia, o façam com a expressa previsão de utilização do Sistema de Registro de Preços, obedecidas as regras do Decreto 3.931/2001, e consigam, diante do volume maior do serviço e do número maior de participantes, tarifas ainda mais vantajosas.

c. Argumento da UG: O fato de o edital não fazer referência explícita ao SRP não se constitui empecilho para a continuidade do processo, sendo a controvérsia sanável por meio de apostilamento da suposta omissão aos autos processuais.

Esta Setorial Contábil entende que o ato convocatório é a lei interna das licitações. Deve haver cuidado com as exigências a serem estabelecidas, pois, uma vez instituídas, deverão ser cumpridas, em observância ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, conforme a publicação Licitações e Contratos – Orientações Básicas, 3ª Ed, pág 105, do Tribunal de Contas da União (disponível em www.tcu.gov.br). As regras que caracterizam a licitação com a utilização do SRP são essenciais para a configuração da licitação, não podendo, simplesmente, serem inseridas após a fase competitiva, mediante apostilamento.

Esta Setorial esclarece, nesse ponto, que deve restar claro que o contrato já se encontra em execução, não sendo, portanto, possível retornar-se à fase de modificações das regras editalícias, o que ensejaria, na verdade, nova licitação e nova competição, tendo em vista que qualquer modificação no edital exige divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas, conforme dicção do § 4º do Arto 21 da Lei 8.666/93.

5. Diante dos argumentos expostos, esta ICFEx é de parecer:

a. Que a Ata de Registro de Preços derivada do pregão 03/2007 do Cmdo 9ª RM deve ser cancelada / anulada, em virtude de ter sido gerada por processo licitatório que não foi regrado pelo Decreto 3.931, de 19 Set 2001, norma de aplicação obrigatória para os casos de utilização do Sistema de Registro de Preços;

b. Que as Unidades que porventura tenham aderido à citada ata poderão, em caráter excepcional, até que se ultime os procedimentos licitatórios pertinentes, realizar as despesas com telefonia baseadas no Arto 24, inc IV, da Lei 8.666/93, fins evitar transtornos administrativos decorrentes da suspensão dos serviços, conforme orientação do Of Nr 038 – A/2 Circular, de 22 Abr 2003, ou poderão aderir a outra Ata de Registro de Preços, desde que válida.

7ª ICFEx	<i>Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 05, de 31 de maio de 2008</i>	Pág 9	
----------	--	-------	--

6. Solicito a V. Exa, em decorrência do relatado, verificar a possibilidade de mandar emitir parecer dessa Secretaria sobre o assunto, fim orientação à UG consulente.

MARCOS VINÍCIUS SOARES MARANHÃO - Cel
Chefe da 9ª ICFEx



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS
(Contadoria Geral / 1841)

Brasília, 26 de março de 2008

Of nº 021-A/2

Do Subsecretário de Economia e Finanças

Ao Sr Chefe da 9ª Inspetoria de Contabilidade e
Finanças do Exército

Assunto: Ata de Registro de Preços

Ref: Ofício nº 063-S/2 – 9ª ICFEx, de 13 de março
de 2008

1.Trata o presente expediente de resposta à consulta acerca de processo licitatório realizado pelo Comando da 9ª Região Militar, na modalidade de pregão, para contratação de serviço de telefonia para a própria UG, o qual gerou Ata para Registro de Preços sem amparo do Decreto nº 3.931, de 19 de setembro de 2001.

2.Informo a essa Chefia que esta Secretaria, após estudar o assunto sob o aspecto técnico-normativo, ratifica o entendimento dessa Inspetoria, no sentido de que a geração de Ata para Registro de Preços com base no referido procedimento licitatório fere os princípios da Legalidade e da Vinculação ao Instrumento Convocatório.

3.Consubstanciada no acima exposto, esta Secretaira é de parecer que a referida Ata de Registro de Preços deve ser cancelada e as UG aderentes devem proceder conforme a letra “b”, do nº 5, do ofício da referência.

Gan Div SEBASTIÃO PEÇANHA
Subsecretário de Economia e Finanças

7ª ICFE _x	<i>Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 05, de 31 de maio de 2008</i>	Pág 10	
----------------------	--	--------	--

ANEXO “C” ADICIONAL DE HABILITAÇÃO



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS
CENTRO DE PAGAMENTO DO EXÉRCITO
(CPEX – 1982)**

Ofício Nr 059 – S1 / CPE_x

Brasília, DF, 23 de abril de 2008.

Do Chefe do Centro de Pagamento do Exército

Ao Sr Chefe da 7ª Inspetoria de Contabilidade e
Finanças do Exército

Assunto: adicional de habilitação

Anexo: - Ofício nº 052 – S1/CPE_x/SEF, de 10
Abr 08, e seus anexos.

1. Versa o presente expediente sobre redução do percentual de adicional de habilitação para os concludentes do Curso de Graduação (CG) do Instituto Militar de Engenharia (IME), sem pós-graduação, de 16% (dezesesseis por cento) para 12% (doze por cento).

2. Sobre o assunto, informo-vos que a Secretaria de Economia e Finanças (SEF), após analisar e estudar o assunto, emitiu entendimento cuja conclusão afirma que tanto os concludentes do Curso de Formação e Graduação (CFG), quanto os do Curso de Formação (CFrm) e os do Curso de Graduação (CG), daquela Instituição de Ensino fazem jus ao adicional de habilitação em índice equivalente a 12% (doze por cento) e não 16% (dezesesseis por cento) como está sendo pago atualmente.

3. O teor do Parecer que fundamentou a SEF para o presente posicionamento encontra-se disponível no endereço eletrônico <http://intranet.sef.eb.mil.br/sef/assessoria1/home.htm>.

4. A SEF encaminhou, às Regiões Militares, o Of Nº 052 – S1/CPE_x/SEF, de 10 de abril de 2008, anexo, contendo informações de como as Unidades Gestoras (UG) deverão agir para a regularização do pagamento dos militares enquadrados nesta situação.

5. Diante do exposto, encaminho-vos o constante do anexo para fins de conhecimento dessa Inspetoria e orientação às UG.

Gen Bda JOSÉ ORLANDO RIBEIRO CARDOSO
Chefe do Centro de Pagamento do Exército

OSORIO 20 ANOS

“É fácil a missão de comandar homens livres: basta mostrar-lhes o caminho do dever”

7ª ICFE _x	<i>Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 05, de 31 de maio de 2008</i>	Pág 11	
----------------------	--	--------	--



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
 SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS
CENTRO DE PAGAMENTO DO EXÉRCITO
(CPEX – 1982)

Ofício Nr 052 – S1 / CPE_x / SEF
CIRCULAR

Brasília, DF, 10 de abril de 2008.

Do Subsecretário de Economia e Finanças

Ao Sr Comandante da 1ª Região Militar

Assunto: adicional de habilitação

Anexo: - Ofício nº 049 - Asse Jur – 08 (A1/SEF), de 12 Mar 08, remetido para o CPE_x; e
 - Relação nominal, por UG, de militares concludentes do IME.

1. Versa o presente expediente sobre redução do percentual de adicional de habilitação para os concludentes do Curso de Graduação (CG) do Instituto Militar de Engenharia (IME), sem pós-graduação, de 16% (dezesesseis por cento) para 12% (doze por cento).

2. Sobre o assunto, e em atenção ao Of nº 049 – Asse Jur – 08 (A1/SEF), em anexo, informo a V Exa o que a Secretaria de Economia e Finanças (SEF) determinou que o Centro de Pagamento do Exército (CPE_x) efetuasse um levantamento dos militares, concludentes do CG do IME, conforme relação nominal anexa.

3. Em consequência, solicito a essa Região Militar verificar a possibilidade de adotar, por intermédio das Unidades Gestoras (UG), as seguintes providências:

a. Identificar os militares detentores do CG, daquela Instituição de Ensino, sem o curso de pós-graduação, que estejam recebendo o adicional de habilitação em índice equivalente a 16% (dezesesseis por cento) ou mais;

b. dar ciência do fato, oficialmente, e com emissão de recibo, aos militares que recebem o adicional de habilitação, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da informação desta Secretaria, instaurando o devido processo administrativo **à luz do que preconiza a Lei Nr 9.794, de 29 de janeiro de 1999**, concedendo, ainda, 30 (trinta) dias para que o militar notificado exerça, se assim o desejar, o seu direito ao contraditório e à ampla defesa, visando à minoração do referido índice para 12% (doze por cento);

7ª ICFE _x	<i>Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 05, de 31 de maio de 2008</i>	Pág 12	
----------------------	--	--------	--

c. publicar, no prazo de 30 (trinta) dias, a decisão exarada pela autoridade instauradora, após a conclusão do processo administrativo, de acordo com o art 49 da Lei Nr 8.784/1999;

d. proceder, através de alteração do Formulário de Alteração de Pagamento (FAP/Digital), CODOM CPEx, a modificação do código relativo ao CG do IME, de 840 (oitocentos e quarenta), para 880 (oitocentos e oitenta), conferindo aos concludentes o mesmo índice de 12% (doze por cento).

4. O teor do Parecer que fundamentou a SEF para o presente posicionamento encontra-se disponível no endereço eletrônico <http://intranet.sef.eb.mil.br/sef/assessoria1/home.htm>.

5. Informo, ainda, a V Exa que, na esteira do entendimento vigente no âmbito da SEF, não haverá o que se falar em devolução de quantias eventualmente recebidas a maior, eis que a percepção das mesmas adveio de errônea interpretação da Administração Militar. Aplicável ao caso, pois, Súmula 249 do Tribunal de Contas da União (TCU).

6. Informo, ainda, a V Exa que cópia deste expediente será enviada à 1ª Inspetoria de Contabilidade e Finanças do Exército, para conhecimento.

Gen Div SEBASTIÃO PEÇANHA
Subsecretário de Economia e Finanças

OSORIO 200 ANOS

“É fácil a missão de comandar homens livres: basta mostrar-lhes o caminho do dever”

7ª ICFE _x	<i>Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 05, de 31 de maio de 2008</i>	Pág 13	
----------------------	--	--------	--



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS
CENTRO DE PAGAMENTO DO EXÉRCITO
(CPE_x – 1982)

ANEXO ao Of nº 052S1/CPE_x/SEF(CIRCULAR), de 10 de abril de 2008

Relação dos militares formados pelo IME
Vinculados à 7ª Região Militar

CODOM	OM	Prec-cp	NOME	COD CADASTRADO	PERCENTUAL PAGO
003319	1 B E CNST	603401361	JOSÉ MAURÍLIO DIOGO ARTEIRO	840	16%
		603690104	ANDRÉ LUIZ LOPES TOLEDO	840	16%
026708	CRO/7	604145116	RODRIGO MENDONÇA DE LIMA	840	16%
		604574588	CLEITON MENESES ROCHA	840	16%
017186	Pq R Mnt/7	603537263	RIVELINO BARATA DE SOUZA BATISTA	840	16%

Legenda: Anexo 5 do Manual do Usuário nr 1 – Militar da Ativa

ANEXO 5. CÓDIGOS DE CURSOS

CÓD	DENOMINAÇÃO DO CURSO	PERCENTUAL
840	Curso de Graduação do IME realizado a partir de 20 MAR 92.	16%

 Ênio César Mattos Moreira – Maj
 Chefe da 1ª Seção do CPE_x

7ª ICFeX	<i>Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 05, de 31 de maio de 2008</i>	Pág 14	
----------	--	--------	--



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS
(Contadoria Geral / 1841)**

Brasília, 12 de março de 2008

Of nº 049 – Asse Jur – 08 (A1/SEF)

Do Subsecretário de Economia e Finanças

Ao Sr Chefe do Centro de Pagamento do Exército

Assunto: adicional de habilitação

Anexo: - Of nº 026 Asse Jur, de 29 Fev 08, do DCT;
- Parecer 015/AJ/SEF, de 12 Mar 08.

1. Versa o presente expediente sobre adicional de habilitação.
2. Trata-se de consulta encaminhada pelo Departamento de Ciência e Tecnologia, acerca dos percentuais devidos a título da verba em epígrafe, aos concludentes dos diversos cursos de formação e/ou graduação do Instituto Militar de Engenharia (IME).
3. Esta Secretaria, após analisar e estudar o assunto, emitiu entendimento nos termos do Parecer anexo, cuja conclusão afirma que tanto os concludentes do Curso de Formação e Graduação (CFG), quanto os do Curso de Formação (C Frm) e os do Curso de Graduação (CG), daquela instituição de ensino, fazem jus ao adicional de habilitação em índice equivalente a 12% (doze por cento).
4. Dessa maneira, e considerando as atribuições da competência desse Centro, solicito a Vossa Excelência mandar adotar as seguintes providências:
 - a. Instar as Organizações Militares com encargos de órgãos pagadores para que:
 - 1) Identifiquem os militares detentores do CG, sem curso de pós-graduação, que estejam recebendo o adicional de habilitação em índice equivalente a 16% (dezesesseis por cento) ou mais;
 - 2) Em relação aos identificados, instaurem, de forma individual, os respectivos processos administrativos **à luz da Lei 9.784, de 29 Jan 1999**, assegurando-lhes o direito ao contraditório e à ampla defesa, visando à minoração do referido índice para 12% (doze por cento);
 - 3) Publiquem a decisão exarada pela autoridade instauradora, após conclusão dos processos acima referidos, em 30 (trinta) dias, de acordo com o art. 49 do citado diploma legal, apontando o índice aplicável.
 - b. Esclarecer às OM competentes que, na esteira do entendimento vigente no âmbito desta Secretaria, não haverá o que se falar em devolução de quantias eventualmente recebidas a maior, eis que a percepção das mesmas adveio de errônea interpretação da Administração Militar. Aplicável ao caso, pois, Súmula 249 do Tribunal de Contas da União (TCU).

7ª ICFeX	<i>Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 05, de 31 de maio de 2008</i>	Pág 15	
----------	--	--------	--

c. Esclarecer, ainda, àquelas OM, que o teor do Parecer que fundamentou o presente posicionamento encontra-se disponível no endereço eletrônico:

- <http://intranet.sef.eb.mil.br/sef/assessoria1/home.htm>.

d. Proceder, quanto ao disposto no “Anexo V - Formulário de Implantação de Pagamento (FIP NR 01), do Manual do Usuário”, elaborado por esse Centro em novembro de 2001, à modificação do código relativo ao CG do IME, de 840 (oitocentos e quarenta), para 880 (oitocentos e oitenta), conferindo aos concludentes do mesmo o índice de 12% (doze por cento).

Gen Div SEBASTIÃO PEÇANHA

Subsecretário de Economia e Finanças

OSORIO 200 ANOS

“É fácil a missão de comandar homens livres: basta mostrar-lhes o caminho do dever”



MINISTÉRIO DA DEFESA

EXÉRCITO BRASILEIRO

SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS

(Contadoria Geral / 1841)

PARECER Nº 015 /AJ/SEF Brasília, 12 de março de 2008.

1. EMENTA – adicional de habilitação; formação; graduação; especialização.

2. OBJETO – verificar o percentual devido, a título de adicional de habilitação, relativamente ao Curso de Formação e Graduação (CFG), ao Curso de Formação (C Frm) e ao Curso de Graduação (CG), todos ministrados pelo Instituto Militar de Engenharia (IME).

3. LEGISLAÇÃO PERTINENTE

- a. Constituição Federal, de 05 Out 1988;
- b. Lei 9.784, de 29 Jan 1999 – Regula o Processo Administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.
- c. Lei 9.786, de 08 Fev 1999 – Lei de Ensino no Exército;
- d. Medida Provisória 2.215-10, de 31 Ago 2001 – Dispõe sobre a reestruturação da remuneração dos militares;
- e. Decreto 3.182, de 23 Set 1999 – Regulamenta a Lei 9.786, de 1999;
- f. Decreto 4.307, de 18 Jul 2002 – Regulamenta a MP 2.215-10, de 2001;
- g. Portaria 976/SC-5 EMFA, de 19 mar 1992 – Estabelece os cursos que dão direito à concessão da Gratificação de Habilitação Militar;
- h. Portaria Ministerial 181, de 26 Mar 1999 – Equivalência de cursos no âmbito do Ministério do Exército;
- i. Regulamento do Instituto Militar de Engenharia (R-182), aprovado pela Portaria 290-Cmt Ex, de 05 Mai 2005.

7ª ICFeX	Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 05, de 31 de maio de 2008	Pág 16	
----------	---	--------	--

4. RELATÓRIO

a. Trata-se de questionamento encaminhado pelo Departamento de Ciência e Tecnologia (DCT), em função de consulta formulada pelo Comandante do Instituto Militar de Engenharia (IME). O assunto, em termos específicos, diz respeito ao índice devido a título de adicional de habilitação aos militares possuidores do Curso de Formação e Graduação (CFG), do Curso de Formação (C Frm) e do Curso de Graduação (CG) daquele estabelecimento de ensino.

b. Em função do debate suscitado, houve por bem a Assessoria Jurídica (Asse Jur) daquele Órgão de Direção Setorial emitir opinião no sentido de que para os militares oriundos da AMAN, detentores do CG do IME, o índice devido seria de 16% (dezesesseis por cento), ao passo que para aqueles detentores do CFG ou C Frm, o índice seria de 12% (doze por cento). Dessa maneira, o assunto foi remetido a esta Secretaria de Economia e Finanças, com vistas à ratificação ou à retificação desse entendimento.

5. APRECIÇÃO

a. Este ODS já se manifestou acerca do índice devido a título de adicional de habilitação a militares oriundos do IME detentores de CFG. Com efeito, o Parecer nº 090/AJ/SEF, de 23 Out 06, (disponível em <http://intranet.sef.eb.mil.br/sef/assessoria1/home.htm>) esclarece:

6) Deve-se, pois, melhor remunerar aquele que mais se dedicou aos estudos e ao auto-aperfeiçoamento, regra que também deve ser aplicada aos engenheiros militares. Todavia, no que toca ao Instituto Militar de Engenharia, é salutar recordar que são sete as modalidades de cursos oferecidas pelo estabelecimento, nos termos do art. 25 da Portaria 290-Cmt Ex, que aprovou seu Regulamento (R-182):

Art. 25. Funcionam no IME os seguintes cursos e estágios:

- I - Cursos de Graduação (CG);
- II - Cursos de Formação e Graduação (CFG);
- III - Curso de Formação (C Frm);
- IV - Cursos de Pós-Graduação (CPG);
- V - Estágios de nível superior na linha do ensino científico-tecnológico;
- VI - Curso de Formação de Oficiais da Reserva (CFOR);
- VII - Curso de Formação de Oficiais Engenheiros Militares (CFOEM).

Parágrafo único. As especialidades de engenharia, bem como as áreas de pós-graduação, são definidas pelo Estado-Maior do Exército (EME) por propostas do DCT.

7) Há uma clara distinção entre os cursos que se destinam a formar e/ou graduar o militar engenheiro e aqueles que têm por escopo pós-graduá-los. Prova disso são os artigos 31 e 32 do R-182, que dispõem:

Art. 31. A Pós-Graduação complementa a graduação, por meio de cursos específicos.

7ª ICFeX	Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 05, de 31 de maio de 2008	Pág 17	
----------	---	--------	--

§ 1º Os CPG visam a ampliar e a aprofundar a formação profissional, adquirida anteriormente, bem como a desenvolver aptidões para a pesquisa e para a docência em nível superior.

§ 2º As dissertações de mestrado e teses de doutorado devem atender às necessidades de conhecimentos dos projetos do Sistema de Ciência e Tecnologia do Exército.

Art. 32. O IME ministra os CPG nas modalidades de:

I - especialização;

II - mestrado; e

III - doutorado.

8) Seguindo essa linha de raciocínio, pode-se inferir que o curso de formação e graduação em fortificações e construção de campanha não pode ser encarado, em termos remuneratórios, como equivalente a curso de pós-graduação, nível especialização, que ensejaria o adicional em valor equivalente a 16%. Vale dizer: cursos de formação e graduação ministrados pelo IME levam ao pagamento do adicional de habilitação em índice equivalente a 12% apenas, uma vez que se destinam a formar engenheiros os indivíduos oriundos do ensino médio. É o que estipula o art. 26 do R-182:

Art. 26. O CFG, com duração de cinco anos letivos, destinado aos brasileiros que tenham concluído, com aproveitamento, o ensino médio, tem como objetivo a formação do oficial e a graduação do engenheiro militar para o exercício dos cargos privativos da Engenharia Militar de oficial subalterno e oficial intermediário, conforme o disposto na legislação federal vigente.

§ 1º O CFG compreende a graduação em uma das especialidades de Engenharia e, simultaneamente, a formação militar necessária ao oficial da ativa, do Quadro de Engenheiros Militares (QEM), ou da reserva, do Corpo de Oficiais da Reserva do Exército (CORE).

9) Por se encontrarem em um nível inferior aos cursos de pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado), os cursos de formação e graduação ensinam o pagamento do adicional de 12%. Apenas os detentores dos CPG farão jus a outros percentuais.

b. Diante da opinião exarada pela SEF, nos termos acima, há que se concordar com o entendimento manifestado pela Assessoria Jurídica do DCT, quando afirma que o índice relativo ao adicional de habilitação a militares oriundos do IME, detentores de CFG, deve ser igual a 12% (doze por cento).

7ª ICFeX	Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 05, de 31 de maio de 2008	Pág 18	
----------	---	--------	--

c. O mesmo raciocínio deve ser empregado em relação aos militares detentores do curso de formação (C Frm), eis que o mesmo destina-se a *enriquecer o QEM com a multiplicidade de perfis de graduação de Engenharia disponíveis no País, evitando um Quadro tecnicamente fechado em si mesmo, disponibilizando, para isso, concurso público para candidato já graduado em Instituição Superior de Engenharia, legalmente reconhecida, habilitando-o ao oficialato e ao ingresso no QEM por meio da instrução militar e da adaptação técnico-profissional.*

d. Significa dizer que o C Frm dá àquele já graduado em instituição superior de engenharia, a formação militar, habilitando-o ao oficialato e ao ingresso no QEM. Exatamente em virtude dessa formação militar é que o índice devido a título de adicional de habilitação para os militares engenheiros possuidores de C Frm é de 12% (doze por cento). Concorde-se, assim, também nesse ponto, com o entendimento manifestado pela Asse Jur daquele Departamento.

e. Contudo, o índice devido a militares detentores de CG merece reflexão mais profunda, mormente porque ainda não debatido no seio desta Secretaria. De acordo com o posicionamento adotado pela Asse Jur do DCT, o percentual devido, *in casu*, seria o equivalente a 16% (dezesesseis por cento), correspondente, portanto, a *especialização*.

f. Para chegar a essa conclusão, o órgão de assessoramento jurídico daquele ODS trouxe a lume o dispositivo concernente ao CG, constante do art. 26 do R-182, donde se extrai ser o objetivo do mesmo *a graduação, em Engenharia voltada para o emprego militar, conforme o disposto na legislação federal vigente, dos oficiais que tenham sua formação realizada na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN).*

g. Dessa maneira, no entender daquela Assessoria, por já possuírem a *formação* na AMAN, os concludentes do CG deveriam perceber, ao final desse curso, o índice de 16% (dezesesseis por cento, muito embora o mesmo não se refira a *especialização*, mas sim a *graduação*. A concessão do aludido percentual, nesse caso, estaria prevista, ainda, no Anexo V - Preenchimento do Formulário de Implantação (NR 01) - do "Manual do Usuário", de novembro de 2001, do Centro de Pagamento do Exército, que forneceria a regulamentação necessária para tanto.

h. Tais argumentações, assim, bastariam para que se pudesse conceder diferentes índices de habilitação aos diversos Cursos do IME. Ou seja, justamente por não guardarem identidade entre si, o CG, o CFG e o C Frm ensejariam o pagamento do adicional de habilitação em índices diferenciados. Enquanto que os últimos garantiriam a percepção de 12% (doze por cento), para o primeiro haveria amparo para o pagamento de 16% (dezesesseis por cento).

i. Pois bem, como visto acima, não há motivos para se divergir quanto ao posicionamento adotado pela Asse Jur do DCT acerca do índice devido, a título de adicional de habilitação, aos concludentes do CFG e do C Frm do IME – 12% (doze por cento). Contudo, em que pese a coerência e a diligência empregadas nas argumentações por aquela assessoria, há que se divergir, *data venia*, da conclusão apresentada acerca do CG.

j. É preciso compreender que, em linhas gerais, a formação do *engenheiro militar* pressupõe a união de duas vertentes: uma, de caráter *militar*, e outra, de natureza *técnica*, traduzida nos conhecimentos de *engenharia*. Significa dizer que será *engenheiro militar* aquele que detiver formação em ambos os aspectos: militar e de engenharia.

l. Percebe-se a exatidão dessa idéia ao se observar a definição do CFG, nos termos do art. 26 do R-182: *O CFG, com duração de cinco anos letivos, destinado aos brasileiros que tenham concluído, com aproveitamento, o ensino médio, tem como objetivo a formação do oficial e a graduação do engenheiro militar para o exercício dos cargos privativos da Engenharia Militar de oficial subalterno e oficial intermediário.* O mesmo ocorre em relação ao C Frm, conforme visto acima, já que se destina o mesmo a *habilitar ao oficialato militar aquele que já detém os conhecimentos técnicos de engenharia.*

7ª ICFeX	Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 05, de 31 de maio de 2008	Pág 19	
----------	---	--------	--

m. Raciocínio idêntico, pois, deve ser empregado em relação ao CG. Conforme o art. 27 do R-182, o objetivo desse curso é graduar em Engenharia, voltada para o emprego militar, os oficiais oriundos da AMAN. Ou seja, a meta do CG é recepcionar aqueles que já possuem formação *militar* e atribuir-lhes a formação técnica *de engenharia*.

n. Ora, se àquele que somente possui a formação técnica é necessária a formação militar para que seja considerado *engenheiro militar*, igual conclusão vale para aquele que apenas detém a formação militar: é-lhe imprescindível a formação *técnica* para que o mesmo ostente aquele título.

o. Não se pode aceitar que aquele oriundo do meio civil, mesmo já possuindo o título de engenheiro seja considerado *engenheiro militar*, justamente por faltar-lhe os conhecimentos militares para o desenvolvimento da profissão. Do mesmo modo, não é possível admitir que aquele oriundo da AMAN, ainda que já detendo os conhecimentos militares, seja considerado engenheiro militar, eis que o mesmo não possui o necessário arcabouço técnico de engenharia.

p. Percebe-se, assim, que a formação militar e a formação técnica são dois lados da mesma moeda, sendo, ambos, indispensáveis à formação do *engenheiro militar*. Nessa senda, há que se entender que o C Frm e o CG destinam-se a conferir os conhecimentos faltantes àqueles que só os possuem de um lado. Ao engenheiro civil, a formação militar; ao oriundo da AMAN a formação técnica.

q. Por se situarem no mesmo patamar – ao lado, ainda, do CFG –, tanto o C Frm, como o CG, devem atribuir aos seus concludentes o índice de 12% (doze por cento) como adicional de habilitação, uma vez que todos visam à formação do *engenheiro militar*.

r. Seguindo essa linha de raciocínio, é possível afirmar que nem o CFG, nem o C Frm, e nem o CG referem-se a *cursos de pós-graduação*, cuja disciplina resta especificada nos artigos 31 e 32 do R-182. Vale dizer: nem o CG, nem o C Frm, nem o CFG correspondem a *especialização, mestrado ou doutorado*, estes sim, ensejadores da percepção do adicional de habilitação em índices superiores a 12% (doze por cento).

s. Do mesmo modo, tem-se que não se deve fundamentar a concessão do índice de 16% (dezesseis por cento) a título do referido adicional, para o CG, no Manual do Usuário oriundo do CPEx. Com efeito, o referido Manual possui como escopo, unicamente, explicitar a operacionalidade de comandos legais, sem qualquer intenção de interpretar a legislação. Deve-se esclarecer, nesse diapasão, que o Centro de Pagamento do Exército é órgão *executor* e que, por isso, os documentos que produz dizem respeito, como visto, à operacionalização de procedimentos.

t. Dessa forma, os documentos elaborados pelo CPEx não podem ser tomados sob acepção *normativa* e, nesse sentido, não podem servir como peça destinada a *regulamentar* a percepção de um direito, atribuição que não se insere no rol de competências daquele Centro de Pagamento. Pode o CPEx, tão-somente, expedir *orientações* acerca das atividades que lhe são inerentes, devendo estas serem entendidas como de cunho *operacional* e *executório*.

u. Não se sustenta, por isso tudo, com o devido respeito a opiniões em contrário, a argumentação de que o índice de 16% (dezesseis por cento) é devido ao concludentes do CG por força do contido no Manual do Usuário de Preenchimento do Formulário de Implantação de Pagamento, produzido pelo CPEx.

v. Tem-se, dessa forma, que os militares concludentes do CG do IME fazem jus à percepção do adicional de habilitação em valor equivalente a 12% (doze por cento), eis que se refere o aludido curso à formação de engenheiros militares.

7ª ICFE _x	<i>Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 05, de 31 de maio de 2008</i>	Pág 20	
----------------------	--	--------	--

6. CONCLUSÃO -

Isso posto, é de se afirmar que, embora destinados a públicos diferentes e, em essência, diversos entre si, tanto o Curso de Formação e Graduação (CFG), quanto o Curso de Formação (C Fm) e o Curso de Graduação (CG) – todos do Instituto Militar de Engenharia (IME) – destinam-se à *formação de engenheiros militares*, ensejando, por isso, aos respectivos concludentes, adicional de habilitação equivalente: 12% (doze por cento).

É o Parecer. S.M.J.

GUSTAVO CASTRO ARAUJO – 1º Ten QCO - Direito
Adjunto da Assessoria Jurídica/SEF

De Acordo:

OCTAVIO AUGUSTO GUEDES DE FREITAS COSTA – Cel R/1
Rsp p/ Chefe da Assessoria Jurídica /SEF

7. DECISÃO

Gen Div SEBASTIÃO PEÇANHA
Subsecretário de Economia e Finanças

OSORIO 200 ANOS
“É fácil a missão de comandar homens livres: basta mostrar-lhes o caminho do dever”

7ª ICFE _x	Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 05, de 31 de maio de 2008	Pág 21	
----------------------	---	--------	--

ANEXO “D”

PROMOÇÃO POST MORTEM

Em resposta, esta Inspeção recebeu da SEF, o Ofício abaixo transcrito:



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS
(Contadoria Geral / 1841)**

Brasília, 24 de abril de 2008.

**Of nº 001 Asse Jur D Aud /SEF
CIRCULAR**

Do Subsecretário de Economia e Finanças

**Ao Sr Chefe da 7ª Inspeção de Contabilidade e Finanças do
Exército**

Assunto: Promoção post mortem

Anexos: 1) Parecer nº 2.263/CJ, de 28 de novembro de 2007,
da Consultoria Jurídica do Cmt do Ex (CJCE_x);

2) Parecer nº 039/AJ/SEF, de 09 de abril de 2007.

1. Versa o presente expediente sobre promoção *post mortem*, em virtude de falecimento de militar em decorrência de acidente em serviço.

2. Em relação ao assunto, a Consultoria Jurídica do Exército, instada a se pronunciar a cerca da legislação a ser aplicada: Lei nº 5.195, de 24 de dezembro de 1996 ou Decreto nº 52.737, de 23 de outubro de 1963, manifestou-se nos termos exarados no Parecer nº 2.263/CJ, de 28 de novembro de 2007, anexo.

3. Diante do exposto, determino a essa Chefia que proceda à publicação do inteiro teor do parecer da CJCE_x, anexo, ao Boletim Informativo do mês de maio, dessa Inspeção.

4. Outrossim, também segue anexo o Parecer da Assessoria Jurídica desta secretaria, para conhecimento.

Gen Div SEBASTIÃO PESANHA
Subsecretário de Economia e Finanças

OSORIO 200 ANOS

“É fácil a missão de comandar homens livres: basta mostrar-lhes o caminho do dever”

7ª ICFE _x	<i>Continuação da Coletânea dos Anexos do Boletim Informativo Nº 05, de 31 de maio de 2008</i>	Pág 22	
----------------------	--	--------	--



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CONSULTORIA JURÍDICA**

**PARECER Nº 2.263/CJ
PO Nº 707603/07-GCmtEx (cópia)**

Em 28 de novembro de 2007

ASSUNTO: Promoção post mortem.
Falecimento de militar em decorrência de acidente em serviço.
Aplicação da Lei nº 5.195, de 24 de dezembro de 1966, Ficando afastada a incidência do Decreto nº 52.737, de 23 de outubro de 19663, Art 3º.

Exmº Sr. Comandante:

1. Indaga-se acerca do amparo legal na hipótese de **promoção post mortem** de militar que falece em decorrência de acidente em serviço.
2. A questão não oferece dificuldade.
3. Com efeito, aplicável na espécie é a Lei nº 5.195, de 24 de dezembro de 1966, que autoriza a concessão – tomando-se por base o exemplo figurado na consulta – de promoção de 3º Sargento à graduação de 2º Sargento.

Por consequência, fica afastada na espécie a aplicação do art 3º do Decreto nº 52.737, de 1963.
4. Impende observar, por igual, que em caso de óbito de militar, decorrente de acidente em serviço, não cabe a aplicação do art. 110, § 2º, letra b, c/c o art. 108, inciso III, da Lei nº 6.880, de 1980, eis que referidos preceitos tratam de promoção ao posto de 2º Tenente no caso em que o acidente em serviço provocar a incapacidade definitiva do militar, situação diversa da versada na consulta.

É o parecer.

**ALTAIR PEDRO PIRIS DA MOTTA
CONSULTOR JURÍDICO**